

Da Cartografia dos Antigos Engenhos à Cartografia Holandesa e Portuguesa

Ana Cláudia Bezerra de Albuquerque Borborema

Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica - DECart. / UFPE
anacborborema@gmail.com

Henrique José Lins Ferreira de Andrade

Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação / DECart. / UFPE
henrique_andradef@yahoo.com

Lucilene Antunes Correia Marques de Sá

Centro de Tecnologia e Geociências - CTG - Departamento de Engenharia Cartográfica - DECart. / UFPE
lacms@ufpe.br

RESUMO

Ao longo dos séculos que separam os extremos da histórica cartografia dos engenhos, a área que viria a ser o Recife originou-se de uma pequena colônia a oeste do porto, região que em sua grande maioria com o passar dos anos foi sendo aterrada. Com a expansão da população, no começo do século XVIII, iniciou-se a ocupação de áreas mais centrais, através de aterros. Desde então, as enormes terraplanagens continuaram a ser realizadas ao longo do tempo. Na análise temporal aplicada, tem-se por base o resgate de registros gráficos e fotográficos, além de mapas antigos. A pesquisa teve o intuito de recuperar os registros cartográficos do Recife e posteriormente unificá-los analisando as alterações ocorridas no espaço urbano da área de estudo. Com o constante caráter de cartas de conquista, as representações cartográficas portulanas do Recife têm por característica serem roteiros de viagens, devido à demasiada influência do Porto. Com a presença holandesa, tornou-se imprescindível a representatividade do território por meio de mapas mais definidos. A partir de documentos cartográficos e entrevistas com historiadores, a metodologia da pesquisa pôde ser constituída, pois em sua maior parte, a cartografia histórica do Recife é advinda de memórias e falas de pesquisadores e leigos.

PALAVRAS-CHAVE: Recife, Cartografia Holandesa, Cartografia Portuguesa, Aterros.

ABSTRACT

Over the centuries that separate the extremes of the historical cartography of the mills, the area that the Reef would be originated from a small settlement west of the port region, which for the most part over the years was grounded. With the expanding population in the early eighteenth century, began to occupy the more central areas, through landfills. Since then, the huge earthworks continued to be performed over time. In the analysis, applied time has been based on the rescue of graphic and photographic records, and old maps. The research aimed to retrieve the records mapping the reef and then unify them by analyzing changes in the urban area of study. With the constant nature of letters of achievement, cartographic representations portulans reef are by nature they travel itineraries due to undue influence from Porto. With the Dutch presence has become essential to the representativeness of the territory by means of maps more defined. From cartographic documents and interviews with historians, the research methodology could be formed, for the most part, the historical cartography of Recife is originated from memoirs and speeches of researchers and lay people.

KEYWORDS: Recife, Dutch Cartography, Cartography Portuguese, Landfill.

I - A CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO RECIFE DO INÍCIO DO SÉCULO XVI AO FINAL DO SÉCULO XX

O ciclo das grandes navegações exigiu maior exatidão e ampliação das informações cartográficas. Ainda no século XV, em Sagres - Portugal, o infante D. Henrique - entre outros especialistas - reuniu geógrafos, astrônomos e cartógrafos de diferentes países, e no século seguinte Portugal já contava com grandes cartógrafos como Lopo Homem, André Homem, Diogo Ribeiro, Gaspar Viegas, Bartolomeu Velho e Fernão Vaz Dourado. Em 1508, Sevilha - Espanha, a *Casa de la Contratación de las Índias* (Casa de Contratação das Índias) instalou um órgão fiscalizador da produção e comércio de mapas para a navegação.

O Planisfério de Cantino (Figura 01), sem autoria, contém informações apenas sobre parte da costa brasileira, refletindo a cartografia da época, que se baseava em informações obtidas através das explorações geográficas ao longo do litoral, como a de Vasco da Gama em 1497, de Pedro Álvares Cabral em 1500, e por uma outra expedição enviada ao território de Santa Cruz, em 1501, com a missão de percorrer todo o seu litoral. Tem-se o Planisfério como sendo a primeira representação cartográfica de parte do Brasil e de outras regiões do continente americano.



Figura 01 - Recorte do "Planisfério de Cantino", 1500. Fonte: COSTA (2007, p. 84).

E é neste cenário de novas perspectivas e descobertas que surge no novo mundo uma púbere terra repleta de riquezas imensuráveis.

II - O PRIMEIRO ATLAS DO BRASIL

O códice revela por onde andavam os portugueses nos séculos XVI e XVII, os caminhos e dificuldades que encontraram, e notícias que levaram a uma Europa inquieta. Excluídos os casos das grandes figuras portuguesas, como Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, é raro conhecer, com aproximado rigor, os caminhos percorridos por navegadores.

Em um regimento de 31 de agosto de 1612, dirigido ao novo Governador-Geral, Gaspar de Souza, refere-se esta ordem e diz-se que não fora ainda recebida cópia de tal livro no Reino, pelo que ele devia providenciar para que o livro se organizasse como não estivesse feito, e se mantivesse atualizado anualmente. Pouco depois da entrega do documento a D. Gaspar de Souza, que se encontrava ainda na Europa, chegou do Brasil o Sargento-mor Diogo de Campos Moreno, trazendo provavelmente o original ou as notas que deram origem ao *Rezão de Estado do Brasil*. E assim surgiu o mais antigo atlas conhecido de um território americano. Trata-se de um levantamento administrativo, militar, econômico e estatístico, além de histórico e geográfico, das capitanias brasileiras.

O aprendizado do homem em busca de seu lugar no mundo, em caráter de um estudo da humanidade na dimensão global, é dado pela percepção ampliada a respeito da natureza científica dos fenômenos e da sensibilidade geográfica ocorrente sempre em função do grau de desenvolvimento de determinadas culturas. Destacam-se assim os grandes feitos dos portugueses ao conquistar os mares por meio de observações astronômicas, com o intuito de determinar a posição de seus navios em alto mar, apenas com o manuseio de quadrantes, astrolábios e pilotos, interpretando as limitações de seus instrumentos para, ao final, fincar seus marcos no novo mundo.

É comum nos mapas de origem européia, a presença de um desenho esquemático do próprio país, na escala do mapa, o que permite obter imediata idéia da grandeza de outras terras mediante simples comparação visual.

Em que pese os mapas serem considerados muito mais atraentes em razão da presença de elementos figurativos, o emprego destes pode ser associado à função de comunicação da cartografia. Nos mapas referentes ao novo mundo, datados dos Quinhentos, as figurações etnográficas e as da fauna e flora, bem como as que enfocam a incipiente exploração econômica de algum recurso, podem corresponder a algum atributo ou algumas características das áreas em que estão posicionadas.

Na cartografia dos Atlas da América portuguesa dos Seiscentos, dos cosmógrafos da família Albernaz, a maioria dos elementos figurativos, os que chamam atenção pelo apelo decorativo, não faz referência ao novo mundo representado. Eles correspondem aos emblemas heráldicos que são empregados para indicar conceitos como poder ou posse. Desta forma, os brasões indicam nas representações da América os domínios territoriais ora de Portugal, ora de Castela. Nas partes da América portuguesa (Figura 02), a posse

da área por donatários ou a retomada da donataria pela Coroa como se destaca nas pranchas do Atlas Estado do Brasil, de 1631, de João Teixeira Albernaz, o velho.



Figura 02: Mapa Estado do Brasil, 1631. Ao sul do Rio da Prata e a oeste das Bocas do Grão Pará, brasões demarcam o território de Portugal e Castela. Fonte: COSTA (2007, p. 59).

Encontram-se entre os documentos portugueses mais antigos desenhos avulsos, ou reunidos, sob a forma de atlas, de Luiz Teixeira, João Teixeira Albernaz I e João Teixeira Albernaz II – membros de notável família de cartógrafos lusitanos. Durante cinco ou seis gerações, essa família de competentes profissionais contribuiu significativamente para a cartografia, como notáveis técnicos do seu tempo nesse setor. O precioso legado dos portugueses, alusivos aos séculos XVI e XVII, tem sido objeto de cuidadosos estudos, valendo ressaltar, aqui, a edição de Avelino Teixeira da Motta e Armando Cortesão, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, onde se podem encontrar desenhos, informações biográficas e bibliográficas.

A área de estudo do presente trabalho resumisse no início de sua história em alguns pescadores e homens do mar que se instalaram na estreita porção de terra, que vinha de Olinda e se alargava para as bandas do extremo sul e algumas colônias (Figura 03). Em seguida os pesados veleiros que precisavam se refrescar em águas bem abrigadas, livres da agitação do ancoradouro de Olinda, buscaram a sombra dos arrecifes, que se erguiam ao sul. O “Povo” como era conhecido o atual Município de Recife, surgiu em função do velho ancoradouro de Olinda, espécie de largo canal situado entre os arrecifes de arenito e a península, onde se misturavam as águas do mar e as dos dois rios – o Capibaribe e Beberibe.

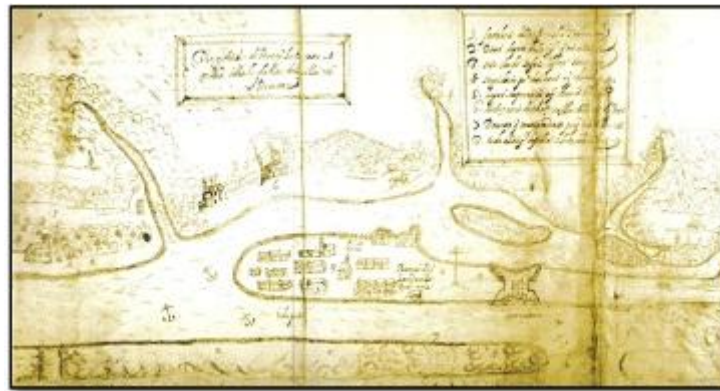


Figura 03 - Recorte da Carta do Recife e de Olinda, 1609. Fonte: COSTA (2007, p. 32).

Como a mais antiga referência documental à povoação do Recife tem-se o *Foral de Olinda*, de 12 de março de 1537, outorgado por Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário da capitania. Devido à litografia da região, construíram-se alguns fortes - o do Mar, o de São Jorge e o do Bom Jesus, que, mais tarde, em 1561, defenderiam o Recife contra ataques dos piratas franceses. E é neste mesmo ano que surgem os primeiros focos de ocupação urbana na localidade (Figura 03). Em defesa da terra conquistada os luso-brasileiros, e em seguida, os navegadores dos Países Baixos, construíram no Nordeste do Brasil fortificações, e a mais importante delas localizada no Recife, ponto estratégico do governo de João Maurício de Nassau Siegen.

Segundo COSTA (1981) em *Arredores do Recife*, texto original de J. A. Gonsalves de Mello, quanto à área que viria a ser a do Recife, desde os momentos iniciais do povoamento, na extremidade da então península, já no fim do século XVI, não há nenhum estudo de conjunto em que se aprecie a expansão da área do Recife.

Assim, a área que viria a ser a do Recife, tem um povoamento disperso em vários núcleos: o do porto; o da outra banda - na ilha de Antônio Vaz; os de vários engenhos localizados de um lado e do outro do rio, na Várzea do Capibaribe¹: Torre, Madalena, Casa Forte, Apípicos, tantos outros. Esses engenhos eram, realmente, núcleos de população, pois contavam cerca de 100 a 200 moradores cada um (Figura 04).

¹ Em 1630, o marquês de Barto e donatário de Pernambuco em suas Memórias Diárias faz referências a dezesseis moinhos ou engenhos de açúcar nas suas terras, a que se chamava Várzea do Capibaribe. Eram eles: Engenho Santo Antônio; Engenho do Meio; Curado; Torre; Madalena; Apípicos; Monteiro - S. Pantaleão do Monteiro; Casa Forte; Jequiá; Ambrósio Machado; Engenho de Francisco de Brito; Luis Braga Bezerra; d. Catarina; Engenho do Brum; Camaragibe; e o Engenho São Francisco Xavier - Caxangá.



Figura 04 - Planta da Cidade do Recife e de seus Arrabaldes, 1876. Fonte: GALVÃO FILHO (1980, anexos).

No início do século XVII, o povoamento estendeu-se à “outra banda” do rio, à ilha chamada de Antônio Vaz. Fato importante a ser citado é o de que várias ilhotas e coroas de areia, cortadas por camboas, ao longo do tempo, foram sendo ligadas entre si por meio de aterros. Algumas destas, ainda perduraram até fim do século XIX.

Segundo MENEZES (1988, p. 17), no códice do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, “Relações das praças fortes, povoações e cousas de importância que na sua Magestade tem na costa do Brasil, fazendo princípio nos baixos ou ponta de S. Roque, para o sul do Estado e defesa delas de seus faustos e rendimentos, feito pelo Sargento-Mor desta costa, Diogo de Campos Moreno no ano de 1906”, se tem, talvez pela primeira vez, se executada a representação do *Roteiro de Todos os Sinais*, um esboço do desenho urbano do Recife, em umas das ilustrações a pena. O documento não é de grande precisão, mas pode ser considerado um traçado cartográfico seguro. Apenas no Atlas de João Teixeira Albernaz I (Figura 05), reproduzido no *Portugaliae Monumenta Cartographica*, a qual possibilitou à cartográfica recifense, a primeira das restituições, na escala decimal, de um desenho urbano do Recife. O traçado é mais preciso e nele, é possível visualizar as quadras e ruas que envolviam a ermida do Corpo Santo.

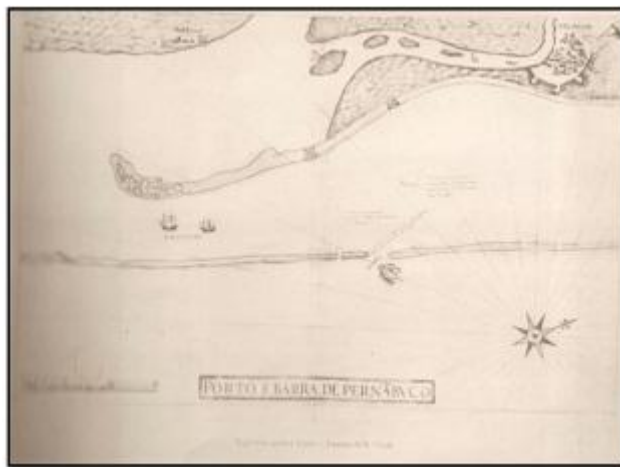


Figura 05: Recife, 1631. Fonte: MENEZES (1988, p. 17).

Mas, somente em 1630, quando a humilde povoação se estendera até a ilha dos Navios, na confluência dos dois rios, e já apresentava a igreja que os frades franciscanos ali haviam erguido, dar-se-ia a grande invasão holandesa, empreendida por uma esquadra de 56 navios, comandada por Henry Cornell Lonck. Com Matias de Albuquerque em sua defesa, ocupada pelos holandeses, e sob o governo do conde João Maurício de Nassau, Recife nunca foi subestimada.

Do atlas iluminado e aquarelado por João Teixeira Albernaz I tem-se a *Prespectiva do Ressife E Villa de Olinda*, 1612 (Figura 06). Na carta, o *Cosmógrafo de Sua Majestade*, e intitulado *Rezão do Estado do Brasil no governo do Norte*, representa a rede de engenhos de açúcar que, articulados à significativa rede fluvial, embarcavam suas safras através do Porto do Recife. O mapa traz informações preciosas referentes à situação geográfica e ao sítio onde estavam implantados Olinda e o Recife.



Figura 06: *Prespectiva do Ressife E Villa de Olinda*, 1612. Fonte: COSTA (2007, p. 31).

Após 1635 com os holandeses já senhores de Pernambuco, a população estava excessivamente concentrada no bairro do Recife, tornando-se necessária a transferência deste excesso para a ilha de Antônio Vaz. Com a ocupação holandesa, o Recife desenvolveu-se rapidamente, e com este crescimento, eis que surge uma cartografia mais precisa, tornando-se imprescindível a representatividade do território por meio de mapas mais definidos, assim atrelando desta forma à Cidade Maurícia, uma expansão mais ordenada.

A cidade foi marcada por seu progresso a partir da instalação de uma Alfândega, da construção de várias pontes, e da execução de aterros, que permitiram o surgimento de novas superfícies úteis às terras alagadas. O grande idealizador destas terraplanagens foi Antônio Fernandes de Matos (1640-1701), mestre de obras e mascate, que visou o possível grande desenvolvimento da Cidade das Águas².

Como cita GALVÃO FILHO (1870, p. 86) em seus estudos,

O volume de terras não era renovado pela vazão de um rio dentro do espaço em que se praticava a escavação: em Pernambuco, ao contrário, logo que se atacar o fundo do porto, e que houver maior inclinação no canal de escoamento de montante para jusante, as areias depositadas na parte superior do canal virão pouco a pouco preencher os vasilos que se operarem na parte inferior. – no Isthmo de Suez.

² Cidade das Águas – Denominação dada ao Recife em *O Recife e Suas Ruas: se essas ruas fossem minhas* – Carlos Bezerra Cavalcanti (2010), devido a ser o Município foz de dois importantes rios, o Capibaribe e o Beberibe, p. 18.

Ainda em seus estudos, o engenheiro cita obras embasadas na prática de aterros tais como:

- Na parte sul do bairro de Santo Antônio;
- No espaço compreendido entre as duas muralhas³ sobre os arrecifes; e
- No espaço compreendido entre o Dique do Nogueira e os arrecifes.

O século XVII assistiu ao apogeu da cartografia nos Países Baixos, especialmente nas cidades de Antuérpia e Amsterdã. Esse progresso deve-se a cartógrafos como Abraham Ortelius, Jodocus Hondius e, sobretudo, a Gerardus Mercator, forma latinizada de Gerhard Kremer (mercador).

Como destaque da iconografia holandesa temos o *Atlas Vingboons* coleção que teve durante o século XVII, profunda importância do ponto de vista documental e estratégico devido à sua precisão e detalhamento, além da beleza e domínio da técnica da aquarela em suas páginas. Advindo que neste período, as grandes navegações buscavam fincar marcos divisórios e de posse, atrelando-os a legitimidade da terra conquistada.

Do Brasil holandês deve-se evidenciar os mapas aquarelados, principalmente aqueles que foram confeccionados por desenhistas com base nas anotações de campo dos cartógrafos. Segundo GALINDO & MENEZES (2004, p. 17), “para a elaboração dos mapas do Nordeste do Brasil o desenhista Vingboons fez uso de mapas provavelmente confeccionados desde levantamentos cartográficos de G. Marcgraf e C. B. Golijath. O desenhista não realizou obra original e sim transferiu para uma linguagem uniforme e convencional, dentro das características aceitas na época. De grande avalia para a cartografia holandesa, temos o *Velha Cidade Mauricéia*, traçado de Pieter Post da ilha de Santo Antônio e, considerado segundo MENEZES em prefácio de CAVALCANTI (2010), o primeiro “plano diretor” das Américas. A qualidade dessa interpretação é que faz de Vingboons excelente artista da cartografia. A obra está inserida no Atlas Vingboons de posse do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

Os mapas com diferenças entre si quanto ao acabamento final são de grande interesse para o conhecimento da evolução urbana e desenvolvimento da rede de caminhos entre os assentamentos urbanos (Figuras 07 e 08) e propriedades rurais do território ocupado pelos holandeses no Brasil e nas demais partes da América do Sul.

³ As duas muralhas eram paralelas, onde, a do lado do porto, tinha 2500m e altura média de 1m, e a outra, de mesmo comprimento e altura média de 3m.



Figura 07: Carta da Capitania de Pernambuco, Johan Vingboons, 1660.
Fonte: GALINDO & MENEZES (2004, p. 41).



Figura 08: Carta Comemorativa da Conquista de Pernambuco, Hessel Gerritsz, 1630. Fonte: GALINDO e MENEZES (2004, p. 27).

No *Atlas Histórico Cartográfico do Recife* (1988), José Luiz Mota Menezes, retrata a evolução urbana dos bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista. O autor destaca o crescimento urbano, apresentando através de uma análise temporal (1631-1906/07) os aterros executados na região. E ressalva a edição de Amsterdam e Utrecht (1881), de responsabilidade de C.L. Brinkmann e J.L. Beijons, de co-autoria de Victor Fournier e Emile Beringer, uma memória sobre o Porto do Recife, século XVII. As observações de Emile Beringer são de grande interesse para o conhecimento urbano do Recife e sua evolução. Tais análises foram resultantes de uma superposição de mapas (século XVII) para a decimal e

desenhados na escala de 1:20000. No total são 24 pranchas⁴, nas quais se pode perceber graficamente o crescimento urbano do Recife, quadra a quadra, traçados de ruas e indicações de edifícios. Estes mapas foram um dos primeiros resultados do grande projeto da Empresa de Urbanização do Recife (URB) titulado por Memória Urbana do Recife, financiado pelo FINEP. Tais produções cartográficas encontram-se hoje em poder da Empresa, assegurando desta forma a conservação adequada ao acervo.

Em *O Recife e seus bairros* (2008), Carlos Bezerra Cavalcanti, defende a idéia de que “o fluxo de crescimento do Recife no sentido centrípeto (periferia-centro), foi menos marcante que o centrífugo (centro-periferia)”, ou seja, a influência portuária intensificou a concentração de moradores na região extrema leste, desta forma, fazendo surgir núcleos urbanos de maneira social, religiosa e econômica. Este crescimento foi tão importante quanto ao de origem inversa, ou seja, aquela advinda de núcleos denominados engenhos. Um recenseamento feito em 1645 revela que no Recife residiam oito mil pessoas.

No início do século XVIII iniciou-se a ocupação da área da Boa Vista com obras fundamentadas na execução de aterros (Figura 09), que permitiram o surgimento de novas superfícies úteis às terras alagadas. Apenas no século seguinte, incorpora-se o bairro ao perímetro urbano recifense segundo Lei Municipal nº 1, de 06 de abril de 1892. Aplica-se também a esta lei, a criação e/ou anexo os municípios: Afogados, Encruzilhada, Graças, Poço da Panela, Santo Amaro, São Frei Pedro Gonçalves e São José.



Figura 09: Planta e Plano da Vila de Santo Antônio do Recife, 1780. Fonte: ARAÚJO (2003).

⁴ Planta do Recife elaborada por Douglas Fox e H.M. Whitley, engenheiros ingleses, que fazem inúmeras críticas à ‘Recife Drainage’ e projetam um novo plano para o Recife, entre 1906-1907 – Freitas, 1933.

Peres é então criado e/ou anexado ao Recife em 1893, de acordo com a Lei nº 8, de 28 de junho do mesmo ano. E os bairros Madalena e Torre em 1896, segundo a Lei nº 95, de 27 de abril. Tais bairros advêm dos antigos engenhos existentes naquela região. É possível dizer que quanto ao engenho da Torre, por exemplo, é datada sua ocupação pelos holandeses de 1633, na qual o engenho de Marcos André é nomeado enfim “Engenho da Torre”. Como resultado da influência holandesa, tornou-se necessário o levantamento topográfico destas áreas. A descrição topográfica do Engenho da Torre segue as seguintes peculiaridades: sua posição topográfica encontrava-se a oeste da cidade do Recife, a uma distância de 6,580km; se transitava pela Rua Real, na extensão de 1,400km, e era ligada ao povoado da Madalena – engenho de João de Mendonça – por uma ponte de moderna construção denominada Ponte d’Uchoa; o povoado estava assente em sua maior parte em um planalto de extensão superficial igual a 8,6km² e elevação ao nível do mar de 6,4m.

O espaço geográfico do Recife no ano de 1733 é representado na *Planta do bairro do Recife* (Figura 10) levantada pelos engenheiros João Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso, existente no Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa.

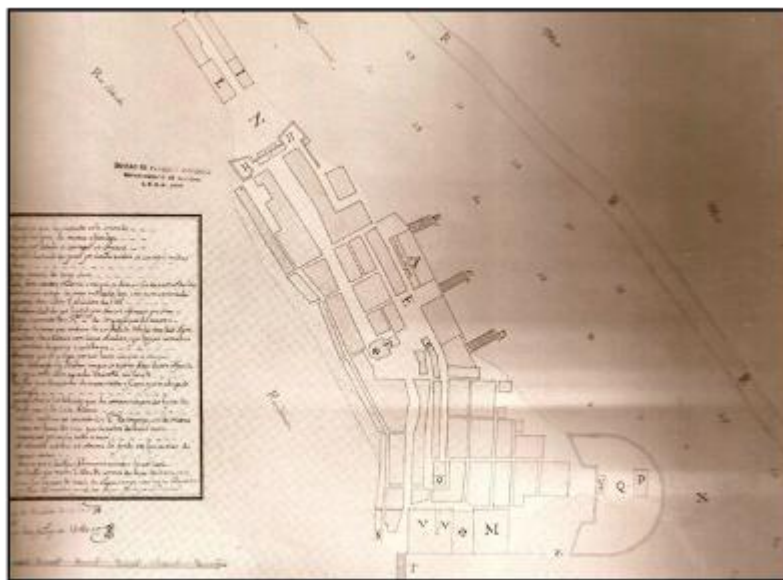


Figura 10: Recife, 1733. Fonte: MENEZES (1988, p. 29).

O documento expõe com precisão a vila até então compreendida como Vila de Santo Antônio do Recife, que depois da expulsão dos holandeses foi reocupada pelos nativos e transformada em um extenso aglomerado urbano. Em estudo sob o traçado, MENEZES (1988, p. 29), relata que,

O Recife se aperta entre o rio e o mar, teimando em engordar, tomar corpo para as laterais, desde que limitado nos seus extremos. Como decorrência da organização urbana daquele período holandês, a definição das ruas portuguesas se mantém de forma mais racional e lógica.

No ano de 1817 rebenta no Recife uma revolução de caráter republicano e nativista. Outubro do mesmo ano, o governador português e suas tropas embarcam para Portugal; tropas de além-mar não mais desembarcariam no Recife. Pernambuco, assim, tornava-se independente antes do Grito do Ipiranga.

Apenas em 1827, passa a ser capital da província devido à forte influência de seu setor portuário. Com a demolição dos pegões da antiga ponte do Recife - 1856, em estudos do engenheiro Raphael Mrchanjo Galvão Filho (1870, p. 11),

Obras que se referem propriamente ao melhoramento do porto e dizem respeito ao fácil acesso à barra em qualquer hora do dia ou da noite, e em quaesquer circumstancias de marés pelos navios de maior lotação dos que frequentão os porto de commercio; obras que tendem a dar capacidade, profundidade, abrigo e permanencia ao porto, tendo em vista o movimento actual do commercio e o seu desenvolvimento futuro.

Quanto à obstrução dos rios, GALVÃO FILHO (1870, p. 44),

O rio Capibaribe na sua primitiva idade devia ter por foz toda a bacia comprehendida entre os arrecifes, que emergem nas vizinhanças desta parte do litoral, e a terra firme; sendo feito o escoamento de sua aguas, assim como o das marés, pelas depressões que apresentão os arrecifes. [...] O Beberibe, devendo tambem em outros tempos lançar-se directamente no mar, na direcção de oeste para leste, pela depressão, que serve hoje de barra, foi interceptado pelo cordão litoral formado pelo mar, que com mais força arremessa as areias na enseada, que devêra ser a fóz natural daquelle rio, e o obriga a tomar a direcção norte-sul, e a levar as suas aguas ácerca de 2 kilometros para o sul, ficando o seu cone de dejeção entre a terra firme e cordão litoral, denominado - isthmo de Olinda -, onde engrossado com as águas do Capibaribe, e ambos abrigados pelos arrecifes podem contornar o isthmo, e lançar-se na enseada do Poço na direcção do sul para noroeste ; isto é. Em direcção obliqua á acção das vagas, que se propagam naquella enseada. Finalmente a mão do homem interviu na formação da superfície hoje occupada pela cidade, aproveitando o delta do Capibaribe (antiga ilha Mauricia) para a edificação do bairro hoje denominado - Santo Antônio -, e a parte mais larga e mais abrigada Fo isthmo de Olinda fronteira áquelle bairro para a edificação do bairro do Recife. A' proporção que a população foi crescendo, novos terrenos forão sendo conquistados aos rios. Alargou-se o perimetro dos dous bairros, e estendeu-se a edificação nos terrenos baixos do novo bairro da Boa-Vista, cuja área foi também augmentada com os terrenos adquiridos nos alagados d'antes occupados pelas marés.

Desde então, o Recife foi palco de inúmeras escavações, as quais se resumiam na retirada do terreno de uma determinada localidade, e a reposição dos mesmos em outra região, resultando no prolongamento e alargamento das periferias da cidade. O Recife entra, então, numa fase de acelerado progresso. A cidade

começa a ampliar-se, iniciando-se, em 1906 como é possível se observar na Planta da Cidade do Recife feita pelo engenheiro Douglas Fox (Figura 11) neste mesmo ano, na escala de 1:10.000.

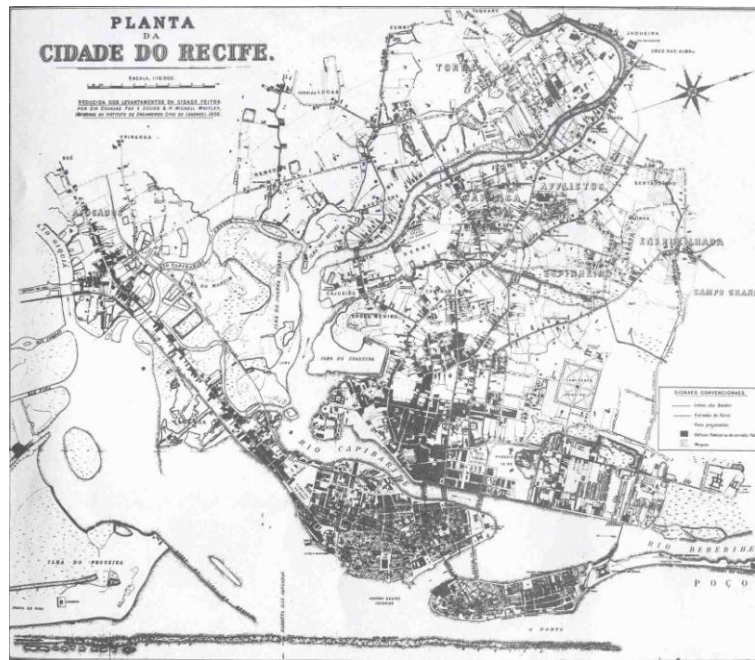


Figura 11: Prancha N° 4 - Mapa Base, 1906/07. Fonte: MENEZES (1988, anexos).

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o Município era constituído de 14 distritos: Recife, Santo Antônio, 1º e 2º distritos de São José, 1º e 2º distritos de Boa Vista, 1º e 2º distritos da Graças, 1º, 2º e 3º distritos Afogados, Torre, Poço da Panela e Várzea.

Na *Planta Geral das Obras Complementares*, 1924 (Figura 12), o porto do Recife ganha destaque devido à sua forte economia. Nela, o bairro de Boa Viagem surge como um pequeno povoado a oeste do porto, área que em sua grande maioria ao longo dos anos foi sendo aterrada propiciando às terras antes ocupadas por manguezais uma nova formação de aglomerados urbanos.



Figura 12: Porto do Recife, 1924. Fonte: CONDEPE/FIDEM.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o Município é constituído de dez distritos: Recife, Afogados, Beberibe, Boa Vista, Graças, Poço (ex-Poço da Panela), Santo Antônio, São José, Tejió e Várzea. Somente a partir de 1936, com o *Regulamento da Construção*⁵ que surgiu o primeiro conjunto de normas articuladas, o qual abrangia os elementos fundamentais de produção da cidade. Este regulamento dividiu o Recife em quatro zonas: a Principal, a Urbana, a Suburbana e a Rural, definindo para cada uma delas usos limitados do solo.

Na divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1936, o Município é constituído de quatro distritos: Recife, Boa Vista, Afogados e Graças. E um ano depois, é anexada ao Município Fernando de Noronha. Pelo decreto-lei estadual nº 92, 1938, o Município de Recife figura unicamente do distrito sede, entretanto, abrange dez zonas: Recife, Santo Antônio, São José, Afogados, Boa Vista, Graças, Poço, Várzea, Tejió e Beberibe. Apenas em julho de 1942 (tabela 1) o Recife é dividido em distritos, ramificando o município em novas áreas de aglomerados urbanos, implicando desta forma num crescimento ordenado destes focos populacionais.

Tabela 1 – Municípios de Recife pelo decreto-lei nº 324, de 31 de julho de 1942.

DISTRITOS	BAIROS
1º	Recife; Santo Antônio; e São José
2º	Boa Vista; Santo Amaro; Graças; e Encruzilhada
3º	Afogados; Madalena; Tejió; e Boa Viagem
4º	Poço; Casa Amarela; Várzea; e Beberibe

⁵ O Recife e suas ruas: se estas ruas fossem minhas. – Carlos Bezerra Cavalcanti, 2010, p. 23.

Em 1949, o zoneamento atualizava suas delimitações, permanecendo as normas que vigoravam, até serem substituídas pela lei de 19 de Outubro de 1961, que dividiu o município em três setores: Urbano, Suburbano e Rural, cada um, subdivididos em zonas e núcleos denominados de acordo com suas utilizações. Na *Planta da Cidade do Recife*, 1965 (Figura 13), já é possível observar a organização resultante deste zoneamento, disposição que, propiciou ao Recife assumir uma estrutura urbana e suburbana.

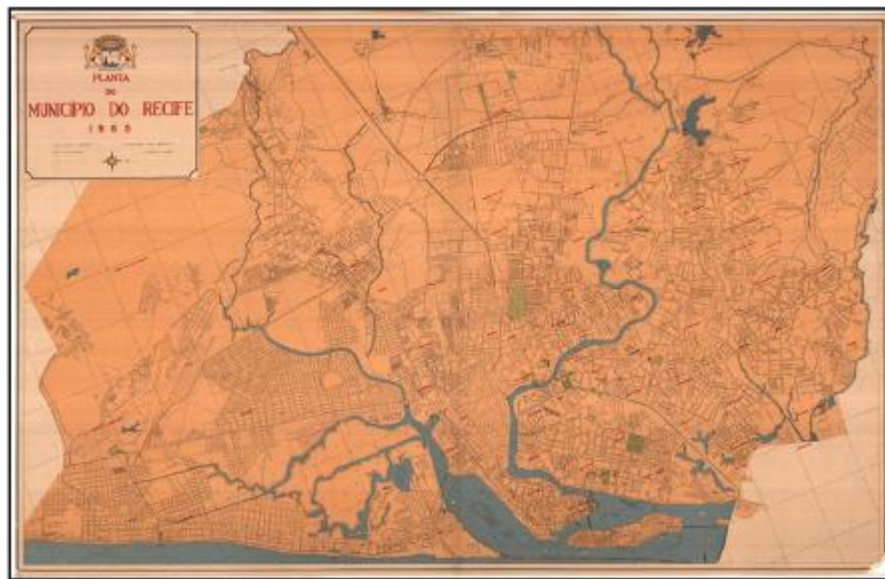


Figura 13 - Planta do Município do Recife, 1965. Fonte: CONDEPE/FIDEM.

Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município foi constituído distrito sede, e se compõe de quinze zonas administrativas: Recife, Boa Vista, Santo Amaro, Graças, Encruzilhada, Afogados, Madalena, Tejipló, Boa Viagem, Poço da Panela, Casa Amarela, Várzea, Beberibe, Santo Antônio e São José. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01 de janeiro de 1979.

Por fim, em 1997 chegou-se à atual divisão dos bairros que teve origem com a Lei nº 16.293, de 04 de fevereiro, distribuindo a área da cidade em seis Regiões Político-Administrativas (RPAs) que, por sua vez, globalizam-se em 94 bairros, estabelecidos pelo decreto de 26 de outubro de 1988.

A cada RPA corresponde uma sede regional, assim distribuídas⁶:

⁶ O Recife e seus bairros (2008) – Carlos Bezerra Cavalcanti, p 11.

- **RPA-1** (onze bairros):
Recife, Santo Antônio, São José, Boa Vista, Santo Amaro, Coelhos, Soledade, Joana Bezerra, Cabanga, Ilha do Leite e Paissandu.
- **RPA-2** (dezoito bairros):
Arruda, Campina do Barreto, Campo Grande, Encruzilhada, Ponto de Parada, Hipódromo, Peixinhos, Rosarinho, Torreão, Água Fria, Bomba do Hemetério, Alto Santa Terezinha, Cajueiro, Fundão, Beberibe, Dois Unidos, Linha do Tiro e Porto da Madeira.
- **RPA-3** (vinte e nove bairros):
Aflitos, Alto do Mandu, Sítio Grande, Apipucos, Casa Amarela, Casa Forte, Derby, Dois Irmãos, Espinheiro, Graça, Jaqueira, Monteiro, Parnamirim, Poço da Panela, Tamarineira, Sítio dos Pintos – São Braz, Alto José Bonifácio, Alto José do Pinho, Mangabeira, Morro da Conceição, Vasco da Gama, Brejo da Guabiraba, Brejo do Beberibe, Córrego do Jenipapo, Guabiraba, Macaxeira, Nova Descoberta, Passarinho e Pau Ferro.
- **RPA-4** (doze bairros):
Cordeiro, Ilha do Retiro, Iputinga, Madalena, Prado, Torre, Zumbi, Engenho do Meio, Torrões, Caxangá, Cidade Universitária e Várzea.
- **RPA-5** (dezesesseis bairros):
Afogados, Bongü, Mangueira, Mustardinha, San Martin, Areias, Caçote, Estância, Jiquiá, Barro, Coqueiral, Curado, Jardim São Paulo, Sancho, Tejipló e Totó.
- **RPA-6** (oito bairros):
Boa viagem, Pina, Brasília Teimosa, Imbiribeira, Ipsep, Ibura, Jordão e Ibura de Cima.

Com denominação advinda de um acidente geográfico, o Recife ao longo dos séculos, vem sofrendo interferências no parcelamento de seu solo, e para a realização de estudos sobre sua verdadeira origem, não é necessário remontar épocas muito afastadas, pois as causas da formação de seu terreno são de extrema clareza visto que há constante atuação de forças da natureza e incessante atividade antrópica na região.

Dos engenhos remanescentes do Recife do século XVI restam apenas documentos e fatos da histórica cartografia recifense, a qual é constituída em sua maior parte por memórias e falas de pesquisadores e leigos da terra dos antigos manguezais.

III - AGRADECIMENTOS

Os autores deste artigo agradecem ao grandioso historiador Reinaldo Carneiro Leão pelo apoio ao dispor fatos e referências bibliográficas. Este artigo sem sua colaboração não seria tão rico quanto é a verdadeira histórica cartografia do Recife; e ao Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambuco - IAHG. P.

IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM).

ARAÚJO, R. *O Ofício da Construção na Cidade Colonial - Organização, Materiais e Técnicas (Caso Pernambucano)*. São Paulo: FAU/USP, 2003.

CAVALCANTI, C. B. *O Recife e suas ruas: se essas ruas fossem minhas*. Recife: IAHG, 2010.

CAVALCANTI, C. B. *O Recife e seus bairros*. Recife: Ed. do Autor, 2008.

COSTA, A. G. *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

COSTA, F. A. P. *Arredores do Recife*. Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

GALINDO, M.; MENEZES, J. L. M. *Desenhos da Terra*. Atlas Vingboons. Instituto Cultural Bandepe, 2003.

GALVÃO FILHO, R. A. *Estudos sobre os melhoramentos do Porto de Pernambuco, causas das cheias dos Rios que desagüam no mesmo porto e Meios de Removel-as, apresentados ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambuco (IAHG).

MENEZES, J. L. M. *Atlas Histórico Cartográfico do Recife*. Recife: Editora Massangana, 1988.

OLIVEIRA, M. A. V. *Roteiro da Costa do Brasil do Rio Mossoro' ao Rio de S. Francisco do Norte*. Rio de Janeiro: Typographia - Perseverança, 1864.

PEREIRA, F. F. *Roteiro da Costa Norte do Brazil desde Maceio' até o Pará Publicado sob os Auspicios do Exm. Sr. Conselheiro Dr. Luiz Antonio Pereira Franco Ministro da Marinha*. Pernambuco: Typographia do Jornal de Recife, 1877.